

**P**RECARIEDADES e contrastes do sistema educacional brasileiro aparecem com nitidez no momento em que o Ministério da Educação põe em prática o seu programa do livro didático para 1986. De um lado é marcante o vulto da operação, que no curso de poucas semanas está levando 42 milhões de exemplares de manuais para o ensino do português e da aritmética aos alunos das escolas públicas do primeiro grau em todo o território nacional. De outro, surpreende o grau de deterioração da rede escolar freqüentada pelas crianças a quem esses livros se destinam.

O programa já existia antes, porém foi consideravelmente ampliado pela atual administração. O número de exemplares adquiridos quase dobrou em relação ao ano anterior. Volumes cartonados, de maior duração, substituem agora os livros descartáveis, luxo não condizente com a pobreza do país. E desta vez a escolha dos títulos não coube a uma comissão instalada em Brasília, mas a 960 mil professores consultados com meses de antecedência. Por este lado, pois, registraram-se avanços em termos de investimento e de descentralização.

No entanto, os números e os aspectos positivos do programa começam a apagar-se na medida em que os livros, chegando ao seu destino, contribuem para evidenciar as cruas realidades do sistema. Nada há de estimulante no cenário em que vão ser utilizados. Em milhares de escolas serão lidos por meninos e meninas que estarão sentados no chão, diante de professoras que se manterão obrigatoriamente de pé, pois é comum a falta de mesas e carteiras. E não serão poucas aquelas em que os professores com formação didática insuficiente, não saberão como tirar o devido proveito do material fornecido pelo Ministério.

Das 172 mil escolas públicas de primeiro grau — conforme pesquisa recente de um órgão do governo, o

IPEA —, apenas 27% encontram-se em bom estado de conservação. Mas isso é para o geral, porque em toda a região Norte os pesquisadores não encontraram um só prédio que não esteja exigindo consideráveis reformas. Constataram ainda que, do conjunto dos estabelecimentos na zona rural, 59% não contam com luz elétrica e 70% não dispõem de instalações sanitárias.

Há lugares em que a falência é completa. Maceió, uma cidade cuja Câmara paga Cz\$ 800 mil mensais a sete “marajás” aposentados, entrou em 1986 com todas as suas 32 escolas municipais penhoradas na Justiça. No estado de Alagoas, cuja Assembléia tem servidores com supersalários de Cz\$ 200 mil, chegam a 88% do total as escolas sem iluminação e a 42% as que não têm água nem esgotos; mais de 50% das professoras não concluíram o curso primário e o analfabetismo anda pela casa dos 55% da população.

A distribuição de livros didáticos, em quantidades crescentes, é apenas um dos itens do programa com o qual espera o governo vencer o analfabetismo e alcançar a meta da **educação para todos**. Trata-se de uma tarefa gigantesca, que não será vencida apenas mediante a multiplicação dos recursos e a utilização de moderno instrumental didático. De pouco adiantará termos no espaço um satélite capaz de levar o ensino aos lugares mais remotos, se lá não houver quem monitorize uma classe que ainda não decifrou os mistérios do alfabeto. A educação para todos será um programa comprometido enquanto não ganhar a adesão da sociedade inteira — enquanto as comunidades não souberem defender suas escolas dos vândalos que as destroem sistematicamente e as administrações locais não forem capazes de preservar seus recursos da sanha dos corruptos do apetite do clientelismo.